

AS CONTRADIÇÕES DE UM DISCURSO: O AGRONEGÓCIO E SEUS EFEITOS NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

THE CONTRADICTIONS OF A DISCOURSE: AGRIBUSINESS AND ITS EFFECTS ON TRADITIONAL TERRITORIES



BENEDITO BASTOS DA COSTA⁴

ALESSANDRA QUARESMA GONÇALVES⁵

Resumo

Este artigo tem o propósito de analisar a representação do agronegócio pela publicidade televisiva, elucidando seus efeitos negativos, sobretudo pelos projetos exploratórios comandados por grandes proprietários de terras, que utilizam estratégias de representações políticas partidárias, por meio da bancada ruralista, e de dispositivos midiáticos como as propagandas televisivas. As principais referências que subsidiaram este trabalho foram: Almeida (2010; 2011), Bialoskorski (1994), Delgado (2013), Haesbaert (2004), Porto-Gonçalves (2017) e Raffestin (1993). Seus achados revelaram que os agentes sociais e seus territórios são silenciados por tais propagandas, as quais objetivam a expansão e o fortalecimento desse setor econômico. Logo, o agronegócio e seus idealizadores utilizam os meios de comunicação para massificar informações que enalteçam a ampliação desse tipo de agricultura destrutiva, mascarando os riscos à vida e a sua perpetuação, ofuscando os territórios tradicionais, enquanto espaços de preservação e da biodiversidade.

Palavras-chave: Território; agronegócio; mídia.

Abstract

This article aims to analyze the representation of agribusiness by television advertising, elucidating its negative effects, especially by exploratory projects led by large landowners, who use strategies of party-political representations, through the ruralist caucus, and media devices such as television advertisements. The main references that supported this work were: Almeida (2010; 2011), Bialoskorski (1994), Delgado (2013), Haesbaert (2004), Porto-Gonçalves (2017) and Raffestin (1993). Their findings revealed that social agents and their territories are silenced by such advertisements, which aim to expand and strengthen this economic sector. Therefore, agribusiness and its founders use communication tools to disseminate information that praise the expansion of this type of destructive agriculture, masking the risk to life and its perpetuation, overshadowing traditional territories, as spaces for preservation and biodiversity.

Keywords: Territory; agribusiness; media.

⁴ Possui graduação, Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (2002). Possui duas pós-graduações: Especialista, em Metodologias do Ensino de História pela FACINTER - Faculdade Internacional de Curitiba (2004). Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI. E-mail: beneditobastos170@gmail.com.

⁵ Mestranda do Programa em Cidades, Identidades e Território pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, possui especialização em Gestão Escolar, pela Universidade do Estado do Pará (2003). E-mail: ufpaquaresmagoncalves@gmail.com.



Introdução

A análise do processo histórico da ocupação territorial do Brasil na região amazônica, no que concerne a forma de apropriação do espaço geográfico, possibilita uma interpretação centrada em dois momentos distintos. O primeiro está relacionado ao período que vai do estabelecimento dos povos originários até a chegada dos europeus no final do século XV. Os registros de ocupação da Amazônia, de acordo com Porto-Gonçalves (2018) são de mais de 17 mil anos antes do presente.

O mesmo autor destaca que esses povos passaram a desenvolver diversas formas de conhecimento necessárias para comer, habitar e curar-se, assim, na Amazônia, com sua floresta e a maior bacia hidrográfica do planeta, abrigou cerca de 240 povos indígenas que falavam mais de 180 línguas, os quais viviam em harmonia com a natureza. A forma de se relacionarem com a natureza constituiu para esses povos uma unidade dentro da diversidade, visto que estabeleciam uma relação umbilical com a natureza dependendo dela para quase tudo, como o extrativismo, a pesca, a caça e a agricultura, que era desenvolvida sempre com respeito e equilíbrio ao meio ambiente, de onde só retiravam o necessário para a sua subsistência.

O segundo momento inicia-se, após a chegada dos europeus em 1500, com a implantação das feitorias para a exploração em larga escala da madeira localizada no litoral, começa a se corporificar com a implantação e o desenvolvimento do projeto de colonização para a exploração territorial, iniciado no século XVI, a partir de 1530, com o regime de capitanias hereditárias e de sesmaria, para a inserção da produção açucareira desenvolvida no modelo *plantation*.

O estabelecimento das capitanias hereditárias marca o início do processo de apropriação territorial, por parte dos fidalgos, legitimado pelo Estado português, objetivando o enriquecimento dos colonizadores e o fortalecimento da Metrópole, por meio da ocupação e exploração territorial. Nesse momento, surge o “embrião” daquela que viria a ser uma das categorias sociais de maior poder econômico do Brasil: a dos grandes proprietários de terras, a qual utilizou ao longo do tempo de inúmeros mecanismos e dispositivos que lhes garantissem até os dias atuais, além da posse, o direito de exploração das terras por meio das atividades agropecuárias que, atualmente, é representada pelo agronegócio.

Dessa forma, o presente artigo busca analisar e refletir acerca da representação do agronegócio pela publicidade televisiva, intencionando descortinar os sujeitos e as



situações, inerentes aos territórios, que são ocultadas por tais propagandas. Para isso, analisaremos três categorias: 1º) O território e seu processo de apropriação por parte dos colonizadores e as consequências para as populações nativas. 2º) O agronegócio, sua historicidade e seus efeitos para o meio ambiente. 3º) A mídia, seu contexto de origem e sua função que, a priori subentende-se, estar vinculada aos interesses da classe dominante. Conclui-se com reflexões sobre as formas de apropriações territoriais no Brasil e a importância do repensar as maneiras de interação entre os indivíduos e destes com a natureza.

O território: lugar de riquezas e sujeitos

A palavra território tem várias acepções. Na acepção de Claude Raffestin (1993), ele se forma a partir do espaço, sendo este o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente – por exemplo, pela representação –, o ator territorializa o espaço. A apropriação de um espaço, refere-se ao lugar demarcado ou fronteiras delimitadas pela posse. Por essa perspectiva e conforme o autor supramencionado, podemos entender que o território é uma dimensão espacial resultante de relações de poder e sobre a qual se projetam tais relações.

Rogério Haesbaert (2004) sugere que o território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, pois são exercidas sobre o território o domínio tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”.

O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) [...] (HAESBAERT, 2004, p. 3).

O território simbólico representa um apego às identidades sociais de seus habitantes, o lugar onde vivem marca a sua existência e perspectiva de futuro. O entendimento do autor sobre o território evidencia a essencialidade deste, para a sobrevivência e a existência humana tornando-se de extrema importância para suprir determinadas necessidades, seja de caráter individual ou coletivo, de seu(s) possessor(es), haja vista que o território por si só, e em sua essência, é constituído por recursos naturais como terra, água, animais, vegetais *etc.*, que são vitais para a vida e sua perpetuação.



A relação indivíduo-território, nesse sentido, deve se processar de forma equilibrada, a fim garantir os recursos naturais necessários para a manutenção da vida e a perpetuação das espécies. Esse tipo de relação pautada no equilíbrio e respeito era e ainda é, mesmo que às duras penas e entrelaçadas por relações de conflitos, desenvolvidas pelos povos originários e tradicionais com destaque para as populações que genericamente foram denominadas pelos colonizadores de indígenas, “em toda a América havia inúmeros povos que foram chamados de índios pelos europeus que aqui chegaram” (ALMEIDA, 2010, p. 31).

Essa intitulação generalizadora foi se convertendo em um dos dispositivos de representação, classificação e exclusão social que, além de unificar as etnias mediante uma rotulação (índio), causou a ocultação de inúmeros elementos culturais como línguas, crenças, hábitos, saberes *etc.*, peculiares à identidade de cada grupo étnico das populações nativas.

Na história do encontro do Ocidente e os mundos longínquos, existe de fato um modo de representar o Outro que o esvazia de qualquer substância, deixando-o sem vida, ‘num corpo a corpo com a morte, uma morte antes da morte, uma morte na vida (MBEMBE, 2017, p. 186).

Os contingentes populacionais que já habitavam os territórios brasileiros, cuja, a data de chegada e ocupação ainda é incerta e gera debates e divergências entre os pesquisadores, possuíam, na forma de se relacionarem com a natureza, um elemento de unidade a partir da teoria do “Bem Viver” defendida por Acosta (2016). O ‘bem viver’ nasce da experiência da vida coletiva dos povos e nacionalidades indígenas que estabeleciam uma relação de harmonia e respeito com a natureza ao entendê-la como divindade e mãe que acolhe, protege e fornece os elementos necessários para a vida e sua perpetuação.

A maneira equilibrada pela qual as populações originárias se relacionavam com a natureza e os saberes adquiridos e desenvolvidos nessas relações foram absorvidas e desenvolvidas (reconfiguradas), por inúmeros agentes sociais, ao longo do processo de ocupação dos territórios brasileiros, como os degredados, os negros escravos ou alforriados, os imigrantes e os miscigenados.

Esses contingentes populacionais, com o passar dos tempos, foram se estabelecendo em diferentes locais, terra firme, área de várzea, beira de rios e igarapés, dando origem aos povos tradicionais que, assim como os povos originários, entendem a terra como natureza, na qual os indivíduos estão integrados (em uma relação de harmonia, não de exploração), e não como mercadoria destinada à geração do lucro.



Os saberes adquiridos e desenvolvidos ao longo do tempo pelos nativos, em sua relação com a natureza objetivando a sobrevivência das espécies e a manutenção e perpetuação da vida, foram absorvidos e praticados pelos povos tradicionais, essa apropriação é o que Toledo (2015) denomina de “memória biocultural”, que atualmente está ameaçada pelo avanço dos empreendimentos capitalistas.

De todas as expressões que emanam de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza configuram uma dimensão especialmente notável, uma vez que refretem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo, sem as quais a sobrevivência de grupos humanos não teria sido possível. Trata-se dos saberes, transmitidos oralmente de geração para geração, e especialmente dos conhecimentos imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza. [...] O produto final desse processo de refinamento ao longo do tempo encontra-se hoje nas mentes e nas mãos de homens e mulheres que compõem os chamados povos tradicionais [...] (TOLEDO, 2015, p. 33).

À ocupação do(s) território(s) brasileiro(s), a partir da chegada dos colonizadores europeus, observa-se uma mudança na forma de interação entre os indivíduos com o espaço geográfico, à proporção que o mesmo passa a ser utilizado dentro da lógica mercantilista de apropriação e exploração territorial objetivando o enriquecimento dos colonizadores e o fortalecimento da Metrópole.

Esse processo de ocupação e exploração inicia-se com as feitorias para a extração e escoamento do pau brasil, seguido pelas chamadas drogas do sertão (plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais *etc.*) coletadas pelos nativos em uma relação de trabalho livre e consensual baseado no escambo (troca de produtos). Essa forma de ocupação e exploração marcou as três primeiras décadas da chegada dos europeus, que a partir de 1530, dinamizou-se com a implantação das Capitanias Hereditárias e do sistema de Sesmaria, caracterizado pela concessão de grandes áreas de terras às famílias da nobreza portuguesa, iniciando a implantação da monocultura do açúcar dentro do modelo *plantation* de produção.

A implantação das lavouras de cana de açúcar, conforme Ferreira Filho (2016), inaugura a monocultura em larga escala, que exigia grandes áreas de terras, um quantitativo elevado de mão de obra e um ritmo de trabalho intensivo, ao qual os nativos mostraram resistências por não fazer parte de sua cultura. Tal fato provocou três grandes acontecimentos: a escravização dos nativos; a introdução dos negros africanos na condição de cativos, ambos para serem utilizados como força de trabalho; e a chegada dos jesuítas, que tinham como principal finalidade a catequização dos nativos e africanos, a fim de enquadrá-los ao projeto colonizador e exploratório europeu



O contexto exigiu, segundo o mesmo autor, dois dispositivos de dominação e exploração para serem utilizados pelo projeto colonizador: os instrumentos de guerras, com destaque para o uso da pólvora, e as armas de fogo, que exterminaram parte das populações nativas e africanas, submetendo-as tanto a coerção, como aos métodos “educativos” desenvolvidos e aplicados pelos jesuítas. Tais métodos atingiram sua finalidade ao incutir a cultura europeia sobre os nativos e africanos, como forma de dominá-los sem a utilização dos instrumentos bélicos ou o uso da força física.

A catequização, ao impor a cultura europeia, pratica uma “intervenção epistemológica [...] com base na força com que a intervenção [...] do colonialismo e do capitalismo modernos se impuseram aos povos não cristãos” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 10). Desconsiderando a existência de todo um legado cultural dos povos dominados, negando seus saberes e depreciando-os enquanto portadores de qualidades e conhecimentos “nisso consiste o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 10).

A referida lógica se dinamizou a partir da consolidação do sistema capitalista, que na busca do enriquecimento e poder econômico, apropria-se do(s) território(s) de forma desregrada. A posse de territórios tradicionais por grandes empresas, visando o uso comercial do espaço, em termos sociais, aumenta os níveis de exploração, pobreza da população local e êxodo rural com aumento da disponibilidade de mão de obra barata. Na medida que essas agroestratégias do capital se ampliam, a apropriação das terras camponesas se intensifica e, na maioria das vezes, conduzirão as famílias camponesas a uma realidade de vida mais degradante, enchendo as cidades de moradores em situação de vulnerabilidade.

Esse contexto de apropriação e expropriação envolvendo o capital, por intermédio de seus representantes, empresas, latifundiários, empresários *etc.*, e o trabalho representado pelo camponês, gera uma relação de poder na qual os moradores e trabalhadores do campo ficam em desvantagem. Tal desvantagem se deve à falta de apoio institucional, através de políticas públicas, o que desmobiliza a ação pública (MULLER; SUREL, 2002) ou medidas que valorizem empreendedores local, a permanecerem em sua propriedade e estabelecerem uma existência harmônica com o meio ambiente.

A falta de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades dos povos tradicionais é o reflexo das relações estabelecidas, desde o período colonial, entre



a classe dos grandes proprietários rurais com o poder institucionalizado no Brasil. Este poder que ao longo do tempo utilizou e utiliza mecanismos, como as representações parlamentares, para alinhar as ações de governabilidade aos interesses dos latifundiários, a exemplo do grande quantitativo de verbas públicas, destinada ao fomento do agronegócio.

O agronegócio: aniquilação dos territórios dos povos originários

A constituição do latifúndio no Brasil e, conseqüentemente, sua utilização para o desenvolvimento de uma produção intensiva voltada ao mercado externo têm suas raízes no período colonial com as concessões de terras, por meio das capitânicas hereditárias e do sistema de sesmarias. Naquele momento, estas foram as formas utilizadas para a implantação da *plantation* e a monocultura de culturas como a cana-de-açúcar, cuja dinâmica de apropriação das terras e o desenvolvimento da produção causaram, entre outros, a expulsão das populações originárias, assim como, a exploração da mão de obra escravizada.

Paralelo à monocultura do açúcar, implantou-se a pecuária com a criação de gados que, a princípio, foram utilizados como força motriz ou tração animal para mover as moendas, arar a terra e transportar os insumos inerentes ao sistema produtivo, assim como, para o consumo da carne bovina, destinada a atender às demandas internas da colônia, sendo a pecuária uma atividade complementar a produção açucareira. Como destaca Medeiros Neto (1970):

Iniciada a colonização lusa, em seguida tratou-se de introduzir no Brasil o gado bovino, visando inicialmente colaborar com a cultura canavieira, grande fonte de riqueza da época, porquanto os bois eram indispensáveis aos engenhos e para a alimentação dos que neles trabalhavam (MEDEIROS NETO, 1970, p. 46).

O ano de 1534 marca a chegada dos primeiros bovinos, enviados de Portugal e introduzidos, inicialmente, na Capitania de São Vicente, São Paulo; em 1535, em Pernambuco, conforme Adas (1983), expandindo-se com o passar do tempo para o sertão nordestino e depois para áreas além dos limites territoriais definidos no Tratado de Tordesilhas. Por necessitar de pastos para o seu desenvolvimento, essa atividade causou e causa a apropriação de grandes áreas territoriais que tem seus recursos naturais devastados para dar lugar às pastagens.

Nas primeiras décadas do século XVIII, 1727, o café, originário da Etiópia, foi introduzido na colônia pelo militar paraense Francisco de Mello Palheta,



que trouxe da Guiana Francesa cinco mudas e mais de mil sementes da planta para o Pará, tornando-se um dos primeiros cafeicultores do país (GALETI, 2004). Nos anos seguintes o produto expandiu-se para os estados do nordeste: Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, cultivado em pequenas propriedades, destinado ao consumo local.

O ano 1760 marca a entrada do café no estado do Rio de Janeiro, cujo cultivo, produção e consumo fazia-se semelhante às demais áreas produtoras, conforme esclarece Souza (2006). A expansão da monocultura do café, assim como da cana-de-açúcar e da pecuária, passou a exigir grandes áreas de terras causando desmatamentos e queimadas, que extinguiram inúmeras espécies da fauna e da flora dos territórios brasileiros.

A monocultura do algodão deu amplitude ao latifúndio, devastando novas áreas, expulsando e escravizando populações nativas, intensificando a escravidão, sobretudo, a negra, além de receber estímulos e incentivos da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão que, segundo Caio Prado Jr. (1981), essa companhia vigorou até o ano de 1777, em toda a sua existência foi fornecedora de mão de obra escrava para as lavouras e créditos para os produtores.

Nativo das Américas e originário da Guatemala e do México, o milho, cultivado por Incas, Astecas, Maias. No Brasil, os Tupis e os Guaranis tinham o cereal como um dos principais elementos de sua dieta alimentar, consoante Paterniani e Campos (2005), com o passar dos tempos, constitui-se como outro gênero da representação da monocultura, do latifúndio e do agronegócio no Brasil, sobretudo, após a década de 1970 com as mudanças ocorridas no cenário agrícola do país, sendo cultivado em praticamente todo o território nacional (SOUZA; BRAGA, 2004).

Os produtos como o milho e a soja são destaques na monocultura brasileira, e em 2021 o Brasil assumiu o primeiro lugar no *ranking* mundial como maior produtor de soja, posição mantida também para o açúcar e o café. O país é, também, o quarto maior produtor de grãos do planeta e o maior exportador de carne bovina do mundo, de acordo com a EMBRAPA (2021).

As informações acima evidenciam a consolidação do agronegócio, desenvolvido em extensos latifúndios, fato que amplia o poder econômico dos grandes proprietários de terras, que desde o período colonial, utilizam de estratégias que lhes asseguram, além da posse e direito de exploração territorial, a manutenção de sua hegemonia classista.

A preponderância das classes detentoras dos meios de produção, e em especial a dos grandes proprietários rurais, teve sua base assentada nas ações utilizada



pelo estado português, para a ocupação territorial do Brasil colonial. A terra que outrora era de todos, assim como tudo que ela produzia, deixava assim de ser fonte de vida, para se tornar fonte de riquezas para a Metrópole lusa, que enquadrou a colônia na dinâmica mercantilista de exploração e para os escolhidos da corte, que passaram a comandar o processo exploratório das terras (MORISSAWA, 2001).

A elite agrária utiliza como estratégia para manter seus privilégios a vinculação com o Estado, por intermédio de alianças com políticos, situação criada desde o processo de colonização e solidificada, na contemporaneidade, por meio das bancadas ruralistas constituídas nas três esferas do poder político e administrativo do país. Essa classe se articula para ampliar seus poderes de decisão em relação aos rumos que a sociedade deveria seguir, objetivando a concretização de seus projetos expansionistas.

A representação dos latifundiários no cenário político administrativo vincula-se a própria colonização, indo desde o estabelecimento das Capitanias Hereditárias, os capitães donatários, aos cargos componentes e administrativos do Governo-Geral constituídos por nobres escolhidos da corte e pelos chamados “homens-bons” que compunham as Câmaras em cada vila da colônia. As mudanças decorrentes no período joanino (1808-1821), favoreceram substancialmente a elite agrária; no campo político, abriu caminhos e possibilidades de ascensão ao permitir o ingresso de seus representantes nos cargos políticos-administrativos da burocracia estatal da monarquia portuguesa; no econômico, a abertura dos portos, a concessão das manufaturas e os acordos de comércio, proporcionaram, além da liberdade comercial, um maior enriquecimento econômico dos grandes produtores à medida em que aumentavam as exportações.

Os grandes produtores apoiaram o processo de independência, uma vez que a emancipação política de Portugal representava a possibilidade de obtenção da autonomia administrativa para as províncias, que passariam a ser gestadas segundo os interesses da aristocracia rural, intencionalidade que ficou latente na estruturação política partidária do império, segundo os autores abaixo citados:

de um lado, a concepção de nação em que a soberania era baseada na política tradicional, de uma autoridade herdada por via dinástica; de outro, a visão liberal, de que estabelecia igualdade entre nação e povo, derivando sua autoridade da vontade nacional” (NEVES; MACHADO, 1999, p. 21).



O “povo”, na concepção estrutural da época, era o conjunto de homens brancos, livres e possuidores de certa quantia de bens, terras, joias, títulos de nobreza, plantações e cativos, o que Anderson (1989) vai denominar de “boa sociedade”, evidencia o caráter excludente e hierarquizante do projeto de gerenciamento estatal, da aristocracia rural, para o Brasil. Conduta que será legitimada a partir dos preceitos declarados na carta magna de 1824 com destaque para três pontos:

Os preceitos destacados na Constituição de 1824 estabeleceram um regime monárquico constitucional que favoreceu a legalização de seus projetos: i) ao instituir o poder legislativo composto pelos nomeados do imperador, como senadores, e eleitos do “povo”, os deputados; ii) o voto censitário, que monopolizou a cidadania política resguardando-a aos homens que constituíam a “boa sociedade”.

O período que constituiu o segundo reinado, as elites agrárias compuseram “o grosso” das duas representações políticas partidárias. Mas de acordo com Carvalho (2011), na prática, os projetos de governo divergentes, Liberais e Conservadores, faziam-se semelhantes na sua essência ao objetivarem a dominação política, seja no tocante da composição social e defesa dos partidos, seja nos processos de aglutinação de seus interesses aos do imperador.

Com efeito, as estratégias dessa classe foram utilizadas desde a implantação da República, em 1889, até os dias atuais. E conforme relata Motta (1971), “os partidos constituem uma agregação de interesses, visando ao controle do governo (MOTTA, 1971, p. 6). Esses interesses, segundo o mesmo autor, são articulados entre os grupos políticos, que determinam a formação das instituições, estabelecendo os parâmetros de decisões; cabe lembrar que estas, na maioria das vezes, são favoráveis as classes sociais mais favorecidas economicamente.

A elite agrária utilizando-se de tais estratégias, consegue influenciar diretamente na formulação das diretrizes governamentais, canalizando-as para o atendimento de suas demandas e interesses, sejam eles, sociais, culturais, políticos e/ou econômicos. Os reflexos de sua participação nas instâncias de governabilidade, atualmente, contam com 257 representantes no Congresso Nacional, sendo 225 deputados (44%) e 32 senadores (39,5%) constituindo a maior bancada no Congresso Nacional (UOL, 2021).

A chamada Revolução Verde, que chega ao Brasil a partir dos anos 60, potencializou o poder político e econômico das elites agrárias. Segundo Martins (1996), nesse período ocorreu a expansão das monoculturas e o aumento da produção, causados pela política de modernização agrícola que tecnificou e quimificou o processo produtivo



com a introdução de maquinários de última geração, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Esse novo modelo de atuação do grande capital, denominado pelo termo em inglês *agribusiness* que na década de 1990, no Brasil passou a se chamar agronegócio, compreende toda a cadeia produtiva da agricultura e da pecuária, indo da fabricação até o consumo final dos produtos agropecuários, que mediante Bialoskorski (1994), gera de um lado, o desenvolvimento do capital e a concentração fundiária, de outro, denominado de 4D, desapropriação, desemprego, devastação e desequilíbrio ambiental.

Fortalecidas, política e economicamente, as elites agrárias passaram a fazer uso de inúmeros dispositivos (i)lícitos para assegurar a manutenção e ampliação de seu *status quo* seja no âmbito político, econômico, social e cultural. A participação dessa elite no campo político fortalece prerrogativas favoráveis nas decisões governamentais ao longo dos tempos, por intermédio dos dispositivos administrativos e jurídicos, que facilitam a aquisição de novas áreas de terras e fornecem subsídios financeiros, empréstimos, e estruturais como portos, rodovias, ferrovias, entre outros, para favorecer sua expansão.

O pesquisador Almeida (2011) definiu tais dispositivos como de “agroestratégias” e Delgado (2013) como “economia do agronegócio”. Definições instituídas para referendar o conjunto de ações e a utilização de atos (i)lícitos combinados, indo desde os acordos políticos e incentivos públicos, até à formação de uma opinião pública que consolide o agronegócio como atividade benéfica a toda nação, através dos meios de comunicação com destaque para a mídia televisiva.

Os anos de 1950 em âmbito mundial e, no Brasil a partir de 1970, começa a introdução do processo industrial no campo, por meio da mecanização, da utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos, CAIs⁶ e sementes transgênicas, estas sementes modificadas são capazes de se adaptarem aos diversos ambientes. A mecanização gera o desemprego, a concentração fundiária, a compactação do solo, o êxodo rural e problemas ambientais. A revolução verde aumentou a produção para atender o abastecimento industrial e a ampliação dos lucros de ruralistas e empresários.

A mídia: afirmação do capital e ocultação do real

⁶ Complexos agroindustriais (SILVA, 1993)



O significado que designa o substantivo mídia, segundo o dicionário da língua portuguesa, consiste no conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados; está classificada em mídia impressa, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas, gráficos e tabelas. Mídia eletrônica rádio e televisão e a mídia digital como a *internet*, televisão digital, *blogs*, entre outros.

No Brasil, a mídia televisiva teve início com o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que “em 18 de setembro de 1950, inaugurou, oficialmente, o primeiro canal do país e da América Latina, a hoje extinta TV Tupi”. (GALVÃO; DUCA, 2010, p. 84). Nos anos seguintes surgiram outras emissoras, entre as quais, a TV Paulista, que em 1966 foi comprada pelo empresário e jornalista Roberto Marinho, passando a se chamar Rede Globo e sua programação passou a ser transmitida em rede nacional a partir de 1969 (KORNIS, 2008).

Segundo dados do Ibope (2022), atualmente, a emissora ocupa o primeiro lugar no *ranking* de audiência com 33,74% da preferência dos telespectadores brasileiros. É a segunda maior do mundo, atrás apenas da norte americana ABC (*American Broadcasting Company*), estando a família Marinho na sétima colocação das mais ricas do Brasil, com um patrimônio avaliado em 5,7 bilhões de dólares ou 29,41 bilhões de reais.

Por ser a emissora mais assistida do país foi convertida em um instrumento de reprodução ideológica do grande capital. Segundo Thompson (2002), com a globalização formaram-se grandes conglomerados de comunicação, os quais se desenvolveram por meio da compra de ações nos mercados financeiro e industrial, participando dos lucros das indústrias interessadas na informação e na comunicação e gerando o que Ramonet (2004) denomina de mercantilização da informação desvinculando as mídias das regras cívicas e éticas, sujeitando-as as leis do mercado.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 220, parágrafo 5º estabelece que: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Incorporada aos preceitos do grande capital, a partir de sua vinculação com bancos, empresas e governos, descumprem a legislação, tornando-se objeto de manipulação ideológica de seus acionistas e patrocinadores; por mais rica que seja nenhuma emissora se sustenta sozinha, vivem dá mercantilização da informação veiculando *marketing* e *merchandising* para padronizar preferências e hábitos.



Pesquisas realizadas pelo Intervezes em parceria com os Repórteres Sem Fronteiras e publicada no final de 2017⁷, apontam que estão entre as características do sistema midiático brasileiro, a falta de transparência e as interferências políticas, religiosas e econômicas. Certamente, isso reflete a influência e o monopólio do grande capital representado pelos acionistas, patrocinadores e proprietários sobre os meios de comunicação evidenciando sua parcialidade e falta de democratização.

Um exemplo claro é a família Marinho que, segundo pesquisa realizada pelo MOM-Brasil, os proprietários da maior emissora do país também possuem fazendas e empresas de produção agrícola, como as fazendas Bananal agropecuária, Guara agropecuária e Mangaba Cultivo de Coco. Além disso, a Globo Comunicações e Participações S/A é integrante da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Outros exemplos são o de João Carlos Di Gênio e Aloisio de Andrade Farias o Alfa.

O primeiro é dono do Grupo Mix de Comunicação, do Grupo Objetivo de Educação, do qual faz parte a Universidade Paulista (UNIP), e possui cinco fazendas de produção e reprodução de gados, além de ser um dos maiores proprietários de imóveis da cidade de São Paulo. O segundo é proprietário da Rede Transamérica de Rádio e dono de um dos principais conglomerados financeiros do país, tendo também negócios ligados à terra, como a Agropalma, empresa de extração de óleo de palma, a qual controla extensas áreas de terra na Amazônia paraense, além de uma empresa de produção de couro (*Soubach*) e outra de exploração de água mineral (Águas Prata)⁸.

Ao se apropriar dos sistemas midiáticos, o grande capital, por intermédio de suas representações, utiliza-os como um dispositivo divulgador e propagador de suas ideologias e projetos, objetivando convencer os receptores da veracidade de suas mensagens mesmos que sejam falsas. Ramonet (2004), resume essa situação de persuasão e convencimento na citação abaixo:

Se, a propósito de um acontecimento, a imprensa, a rádio e a televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, será estabelecido que aquilo é verdadeiro. Mesmo que seja falso, porque a partir de agora é verdadeiro o que o conjunto da mídia acredita como tal (RAMONET, 2004, p. 45).

O poder que o sistema midiático exerce sobre a opinião pública e o comportamento de seus receptores o torna, dentro da lógica capitalista, um dos principais instrumentos de afirmação dos objetivos de dominação e consolidação do

⁷ Citação retirada da matéria: Projeto voltado à transparência da mídia é lançado no Brasil, constante nas referências.

⁸ Informações retiradas da matéria: João Carlos Di Gênio (2017), constante nas referências.



grande capital nos campos políticos, econômico, social e cultural. O agronegócio é uma das representações discursivas que busca tal afirmação, e é apresentando como o principal modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A campanha publicitária televisiva do agronegócio, com os *slogans* “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” e “Agro é *tech*, agro é pop, agro é tudo”⁹, foi lançada pela Rede Globo em 2016. Abordando temas ligados a produtos agrícolas e de produção animal, com peças publicitárias de 50 segundos a 1 minuto, mostrando a importância dos produtos para o consumo da sociedade, para a segurança alimentar da população, para a geração de empregos e para o desenvolvimento econômico do país, objetivando construir uma imagem moderna e positiva de atuação do sistema capitalista no campo.

A construção discursiva do agronegócio não problematiza o termo desenvolvimento com as seguintes indagações: De quem? Como? O que certamente nos conduziria a descortinar tais discursos revelando a mínima parcela social contemplada, assim como, as formas autoritárias e destrutivas, e seus efeitos nocivos aos territórios e suas populações que são invisibilizadas por tais discursos de conservadorismo classista. Bruno e Sevá (2010) alertam para os objetivos conservadores que estão por trás dos discursos progressistas e modernizador do agronegócio, veiculado pela mídia televisiva.

No sentido interpretativo, o slogan “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, ao usar o termo generalizador “do Brasil” conduz ao entendimento que o agronegócio é o gerador de riquezas para todo o país, dessa forma, beneficiaria toda a população brasileira sem distinção econômica, social e cultural, passando a ideia de construtor de um modelo de produção que gera riquezas para todos os integrantes da sociedade.

A mensagem veiculada pelo *slogan* se contradiz com as informações do Cadastro Único (C.U), repassadas pelo Portal de Notícias do UOL (2022), que entre novembro e dezembro de 2021, recebeu a inscrição de 1.104.069 milhão de famílias das quais, 526 mil encontram-se em situação de extrema pobreza. No Brasil, segundo o relatório da Riqueza Global, publicado anualmente pelo banco *Credit Suisse* (UOL, 2021), apenas 1% da população detém 49,6% da riqueza nacional o que deixa o país em segundo lugar em concentração de riquezas, atrás apenas da Rússia que concentra 58,2% das riquezas nas mãos de 1% da população.

No que concerne à análise crítica da campanha “Agro é *tech*, Agro é pop, Agro é tudo”, conclui-se que: Agro é *tech* pelo uso de tecnologia de ponta nos diversos elos da

⁹ Revista EPTIC, [s. l.], v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/Eptic%2021%281%29>. Acesso em: 07. dez. 2022.



cadeia produtiva, como utilização de máquinas de última geração, desenvolvimento de espécies transgênicas e o uso de componentes químicos, componentes estes que vão desde o desenvolvimento de cultivares até a comercialização do produto final. Além disso, o uso de máquinas gera problemas ambientais como a devastação.

A derrubada da mata para formação de pastagens e plantios; a compactação do solo; aumento do desemprego, ao substituir a mão de obra; exploração do trabalhador, submetido a longas jornadas de trabalho com baixa remuneração, o que provoca decréscimo em seu padrão de vida, forçando-o a buscar alternativas de sobrevivência. A alternativa mais frequente é o arrendamento ou venda de suas terras, gerando o êxodo rural e a concentração fundiária nas mãos da elite agrária. Como assevera Barros (2018)

O aspecto mais relevante da expansão do capital no campo é exatamente a expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras e sua transformação em trabalhadores livres, ou seja, libertos da propriedade da terra, tendo apenas sua força de trabalho e sua capacidade de trabalhar, para se tornarem assalariados e/ou outras formas de relação de trabalho com a grande empresa capitalista rural, acrescido da renda da terra (BARROS, 2018, p. 193).

O discurso do grande capital propaga que a utilização da biotecnologia para o desenvolvimento de espécies transgênicas objetiva o aumento da produção de alimentos, a segurança alimentar e o combate à fome. Esse discurso escamoteia as reais objetivações da utilização dos transgênicos e difere da realidade contextual do Brasil, onde dados do Ministério da Agricultura afirmam que a maior parte dos alimentos consumidos internamente vem da agricultura familiar, pois o agronegócio foca na produção de *commodities* para a grande indústria.

As espécies transgênicas, de acordo com Folgado (2014), exigem o uso indiscriminado de agrotóxicos, o contato com esses alimentos compromete a saúde humana, seja por meio do manuseio, da ingestão alimentar e da contaminação do meio ambiente. Segundo Castor (2017), o uso de agrotóxicos no Brasil é um dos principais responsáveis pela degradação ambiental, devido a contaminação dos recursos naturais, além da contaminação, podem causar a extinção das espécies crioulas. Bombardi (2017), destaca que dos 504 Ingredientes Ativos (agrotóxicos) com registros autorizados no Brasil, muitos deles têm seu uso proibido na União Europeia.

Com relação ao combate à fome, o discurso se invalida a partir dos dados divulgados pela Rede Penssan (2021), que apontam, aproximadamente, 19 milhões de pessoas sem condições materiais para comprar alimentos no Brasil, e 55% de famílias em situação de risco alimentar, sem acesso regular e permanente a alimentos.



As ações predatórias do grande capital vêm sendo, ao longo do tempo, combatidas de diversas formas por instituições e pessoas que protagonizam ações em defesa do meio ambiente. Elas reivindicam a proteção ambiental e social, dentre os quais se destacam os povos tradicionais, cujos territórios têm sido alvos da cobiça desumanizada do grande capital e suas representações discursivas.

O surgimento e atuação dos inúmeros movimentos sociais como os movimentos dos quilombolas, dos indígenas, dos atingidos por barragens e das comunidades tradicionais, revelam, por um lado, o caráter predador e desumano da atuação do grande capital que invade, espolia e explora os territórios e comunidades tradicionais, gerando conflitos socioambientais e a violência no campo, legitimada pela perseguição, ameaça e execução de suas lideranças. Por outro lado, simbolizam as formas de organização, politização, enfrentamento e resistência as formas destrutivas de dominação do grande capital sobre os povos tradicionais e seus territórios.

Considerações finais

A monocultura destinada à exportação está presente no Brasil desde o século XVI, tendo o modelo agrário-exportador modificado, indelevelmente, a organização do espaço rural brasileiro. Paulatinamente esse modelo constituído por latifúndios, tem substituído a vegetação natural por extensas áreas destinadas a monocultura e a formação de pastos, cuja propriedade se fez restrita a uma pequena parcela da população denominada elite agrária.

O processo de concentração fundiária ocorreu e, ainda ocorre por meio do uso, pela elite agrária, de dispositivos políticos, econômicos, sociais e culturais que geram, além da concentração de terras, degradação ambiental. A degradação se manifesta por meio de desmatamentos, queimadas, poluições, enchentes e extinções de animais e de vegetais, assim como a exploração e a expulsão de povos tradicionais de seus territórios, assim como seu “apagamento” enquanto sujeitos de direitos.

A mídia e o agronegócio têm em comum o desejo de lucrar, por meio da massificação de informações favoráveis à degeneração da vida e de tudo que se oponha a hegemonia dominante, como os territórios tradicionais e sua cultura de preservação ambiental e mineral. Entender de que forma interesses empresariais influenciam a produção da notícia é fundamental para que a sociedade possa consumir as informações produzidas por esses veículos de forma crítica, a fim de gerir estratégias de resistências e combate às ideologias de dominação e representação discursiva.



Data de Submissão: 15/09/2022

Data de Aceite: 03/11/2022

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1983.

ALMEIDA, A. W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BARROS, F. I. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no Campo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 131, p. 175-195, 2018.

BIALOSKORSKI, N. S. **Agribusiness cooperativo**: Economia, doutrina e estratégias de gestão. Piracicaba: ESALQ/USP, 1994.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1824)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRUNO, R.; SEVÁ, J. T. Representação de interesses em tempo de agronegócio. *In*: MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. **Dimensões rurais de políticas brasileiras organizadores**. Rio de Janeiro. Mauad X; Seropédica, RJ: Edu, 2010.

CARVALHO, J M. de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTOR, A. B. C. **Uso de agrotóxicos e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**. 2017. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/dc_data.php?nrSeq=29589. Acesso em: junho 2019.

CONCENTRAÇÃO nos meios de comunicação. **Intervozes - repórteres sem fronteiras**, 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/>. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista Reforma Agrária**, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.



EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil**, 2004. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/producao soja/sojanobrasil.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FERREIRA FILHO, J. M. M. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17280>. Acesso em: 20 de out. 2022.

FOLGADO, C. A. R. **Agrotóxicos: um problema invisibilizado**. Movimento dos pequenos agricultores. Brasília – Distrito Federal, 2014.

GALETI, P. A. **Pelos caminhos do café**. Campinas: CATI, 2004.

GALVÃO, L. M.; DUCA, D. C. **A modernização em programas televisivos de relacionamento e o comportamento juvenil na perspectiva do comportamento consumidor**. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Moderniza%C3%A7%C3%A3o-em-dprogramas-televisivos-de-e-o-na-do-Gal-Duca/>. Acesso em: 09 de mar. de 2022.

HAESBAERT, Rogerio: **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

IBOPE. Tv's abertas seguem encolhendo no ibope. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2021/05/11/ibope-tv-aberta-record-news-sobe-e-encosta-na-tv-brasil-veja-ranking.htm?cmpid>. Acesso em: 02 mar. de 2022.

KORNIS, M. A. **Cinema, Televisão e História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio. 1996.

MATTOS, I. R. de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MBEMBE, A. A Era do Humanismo está terminando. Tradução de André Langer. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 186, 2017.

MEDEIROS NETO, J. B. de. **Desafio da Pecuária Brasileira**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1970.

MORISSAWA, Mi. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, P. R. **Movimentos Partidários no Brasil: A Estratégia da Elite e dos Militares**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1971.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NEVES, L. B. P; MACHADO, H. F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PATERNIANI, E. E.; CAMPOS, M. S. Melhoramento do milho. *In*: BORÉM, A. (Ed.). **Melhoramento de espécies cultivadas**. 2. ed. MG: Editora UFV, 2005. p. 491-525



PORTO-GONÇALVES, Carlos. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PROJETO Voltado à transparência da mídia é lançado no Brasil. **SEESP**, 2017 Disponível em: <https://www.seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/16399-projeto-voltado-a-transparencia-da-midia-e-lancado-no-brasil>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SANTOS, A. D. G. dos. Comunicação, cultura e desenvolvimento. **EPTIC**, [s. l.], v. 21, n. 1, jan./abr. 2019.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: editora Cortez, 2010.

SILVA, J. D. de. A industrialização e urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 2-10, jun./set. 1993.

SOUZA, M. C. M. de. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem: A Certificação de Qualidade na Diferenciação de Cafés Orgânicos, Sombreados e Solidários**. 2006. 177f. tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - UNIV. S. P, São Paulo, 2006.

SOUZA, P. M.; BRAGA, M. J. Aspectos econômicos da produção e comercialização do milho no Brasil. In: GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (Ed.). **Tecnologia de produção de milho**. Viçosa: UFV, 2004.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A Memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UOL. Portal de Notícias: Inscrições no Cadastro Único. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/04/familias-miseria-espera-auxilio-brasil-no-cadastro-unico.htm>. Acesso em: 07 de mar. de 2022.